

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.604.924 - PR  
(2019/0313222-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADOS : JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREIRA - PR013037**  
**DENIZE HEUKO - PR030356**  
**AGRAVADO : NILTON CONSTANTINO**  
**AGRAVADO : VALDIR CONSTANTINO**  
**ADVOGADOS : ALINE PIAIA - PR051156**  
**ARLEY MOZEL - PR054127**

### **DECISÃO**

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 773-793, e-STJ, reconsidero a decisão de fls. 769-770, e-STJ, proferida pela Presidência desta Corte Superior. Passo à nova análise do agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - NOTAS PROMISSÓRIAS - SENTENÇA QUE, DE OFÍCIO, RECONHECEU A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA E JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 487, INCISO II, E 924, INCISO V, DO NOVO CPC - CONDENAÇÃO DA EXEQUENTE NAS CUSTAS PROCESSUAIS - INSURGÊNCIA DA EXEQUENTE - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL A FATOS JÁ CONSOLIDADOS - SÚMULA 63 DESTA CORTE - PRESCRIÇÃO CORRETAMENTE RECONHECIDA - PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL NO CASO DE DUPLICATA - ART. 70, DA LEI UNIFORME DE GENEVRA - EXTINÇÃO ACERTADA - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, COM FULCRO NO ART. 85, §2º, DO CPC/15 - IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE - PLEITO DE APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 - REJEIÇÃO - SENTENÇA PROFERIDA JÁ SOB OS EFEITOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 - IRRESIGNAÇÃO QUANTO À CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - NÃO ACOLHIMENTO - PRINCÍPIO DA

CAUSALIDADE SENTENÇA MANTIDA - HONORÁRIOS RECURSAIS FIXADOS - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do especial, aponta o agravante existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 269 e 791 do Código de Processo Civil/1973; 85, 487, 921 e 1.056 do Código de Processo Civil/2015.

Afirma não ser possível a decretação da prescrição intercorrente sem a intimação prévia do credor.

Defende que o devedor é que deu causa à suspensão da ação executiva, não podendo imputar inércia ao exequente.

Sustenta que o marco inicial para a contagem do prazo prescricional, para o caso dos autos, é a data da vigência do atual Código de Processo Civil/2015.

Aduz a inadequação da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais entre 10% e 20% sobre o valor atualizado da causa.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, no que se refere à desídia do agravante em tomar as providências necessárias para impulsionar a ação executiva, a Corte de origem se manifestou nos seguintes termos (fls. 551-552, e-STJ):

Pois bem. Dispõe o enunciado da Súmula 63, do TJPR, que "*não se caracteriza a prescrição intercorrente quando a execução de título judicial estiver suspensa por inexistência de bens, sendo necessária a prévia intimação pessoal para prosseguimento da ação executiva*". Todavia, o novo CPC trouxe específico termo inicial para a prescrição intercorrente, dispensando claramente a necessidade de intimação pessoal para prosseguimento do feito (...)

Quanto ao simples decurso do prazo prescricional, não restam dúvidas de que restou ultrapassado para o título executado que instruiu a execução, pois, conforme se vê dos autos, o processo manteve-se suspenso, sem manifestação objetivando a efetivação da execução, ao menos de 27.11.2008 (data do pedido de suspensão efetuado pelo exequente, mov. 1.61) à 06.10.2017, quando a Exequente veio aos autos pugnando pelo bloqueio via BACENJUD de ativos financeiros de titularidade dos Executados (mov. 7.1).

E, considerando-se que o prazo prescricional da pretensão executiva

é trienal (afinal, os títulos executados são notas promissórias), vê-se que restou superado, restando analisar, então, a ocorrência ou não de desídia do credor, que, pelo retrato dos autos, parece certa.

(...)

No caso dos autos, é inegável que, de novembro de 2008 até outubro de 2017, não se manifestou a Exequente buscando qualquer medida para satisfação do seu crédito, o que já indicaria, por certo, a sua desídia durante referido período.

Para além do silêncio do Exequente, é notório que, no passar dos anos citados, em muito se aprimorou o processo de execução, em especial com o advento da Lei 11.382/2006 e com a formação de convênios como o Bacenjud, Renajud e Infojud, sistemas colocados à disposição do Poder Judiciário para dar maior efetividade à execução.

E, mesmo diante da existência desses sistemas facilitadores, a Exequente-apelante não pleiteou nenhum deles, apenas se referindo ao sistema BACENJUD, o que ocorreu somente em 06.10.2017 (mov. 7.1).

Desta forma, inobstante as razões recursais, uma vez evidenciados não apenas o decurso do prazo prescricional enquanto suspenso o feito, mas a efetiva desídia da credora, impõe-se a manutenção da decisão atacada.

Considerando a moldura fática delineada no acórdão recorrido, a conclusão da origem está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, visto que o reconhecimento da prescrição foi amparado na constatação da inércia do credor por quase nove anos, bem como pela desnecessidade de intimação pessoal para início do prazo prescricional para fins de reconhecimento da prescrição intercorrente, além da ausência de argumentos capazes de expor as razões pelas quais não teria ocorrido a causa extintiva ora impugnada.

Confira-se:

CÍVEL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INÉRCIA POR PRAZO SUPERIOR AO DO EXERCÍCIO DA PRETENSÃO MATERIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. CONTRADITÓRIO ASSEGURADO. DECISÃO MANTIDA.

1. No julgamento do REsp n. 1.604.412/SC (IAC n. 1, Relator

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 22/8/2018) a SEGUNDA SEÇÃO do STJ firmou a tese de que o contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, ao qual cumpre zelar por sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo da extinção de seu direito.

2. No presente caso, não se faz necessário anulação do acórdão para exercício do contraditório, pois o exequente teve ampla oportunidade para expor seus argumentos na primeira instância. Além disso, na contraminuta ao agravo de instrumento interposto pelos executados, pôde demonstrar todas as razões pelas quais não teria havido a prescrição intercorrente.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 1276523/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 18/12/2018)

Quanto ao outro ponto, a Corte local fixou honorários sucumbenciais em favor da parte executada, eis que extinta a execução (fls. 552-556, e-STJ). Ocorre que a solução do presente caso merece tecer algumas considerações.

Cumprе esclarecer que se trata, na origem, de ação de execução por quantia certa contra devedor solvente (agravado) em que o credor (agravante) necessitou da provocação do Poder Judiciário para a satisfação do seu direito, qual seja, recuperação do seu crédito.

A ausência de localização de bens passíveis à satisfação do crédito aliada ao longo transcurso de prazo, permitiu a configuração da prescrição intercorrente. Não se pode, todavia, considerar que foi o credor insatisfeito o causador do ajuizamento da execução, penalizando-o não apenas com a perda de seu patrimônio, mas também com o ônus de arcar com os honorários do advogado do devedor.

Trata-se de clara incidência do princípio da causalidade em desfavor do executado, pois, em que pese a execução tenha sido extinta pela prescrição intercorrente, o pedido executório foi decorrência do não cumprimento da obrigação de forma voluntária.

Tal entendimento encontra guarida na jurisprudência desta Corte, segundo a qual a responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com

base no princípio da causalidade, pois a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas dele decorrentes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS EM FAVOR DO EXECUTADO. DESCABIMENTO. CAUSALIDADE.

1. Esta Corte de Justiça já se manifestou no sentido de que, pelo princípio da causalidade, é incabível a condenação em honorários nos casos de extinção da execução pela prescrição intercorrente em decorrência da ausência de localização de bens do executado.

2. Precedente específico: REsp 1.834.500/PE, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 20/9/2019.

3. Tal entendimento é aplicável especialmente quando a extinção da execução ocorreu independentemente da interposição de embargos do devedor ou da exceção de pré-executividade, como no caso dos autos.

4. A Corte regional, com base no princípio da causalidade, decidiu que o ente fazendário não deve ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios, porque o exequente não deu causa ao processo e não se pode beneficiar o devedor pelo não cumprimento de sua obrigação.

5. A análise da pretensão recursal implicaria o reexame das provas dos autos a fim de aferir se a Fazenda Pública eventualmente deu causa à demanda, o que é vedado a esta Corte Superior devido ao óbice da Súmula 7/STJ.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1532496/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/2/2020)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS EM FAVOR DO EXECUTADO. DESCABIMENTO. CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. Conforme jurisprudência do STJ, "declarada a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens, incabível a fixação de verba honorária em favor do executado, eis que, diante dos princípios da efetividade do processo, da boa-fé processual e da

cooperação, não pode o devedor se beneficiar do não-cumprimento de sua obrigação. A prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente" (REsp 1769201/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 12/03/2019, DJe 20/03/2019).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1837468/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 11/2/2020)

O princípio da causalidade inspirou o entendimento compendiado no enunciado 303 da Súmula deste Tribunal: *"Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios."*

Não fosse o suficiente, tem-se que o sistema processual civil consagra os princípios da efetividade (art. 4º), da boa-fé processual (art. 5º) e da cooperação (art. 6º), tudo no intento de que a prestação jurisdicional seja não somente rápida e correta, mas também eficaz.

A parte move a execução no intento de que haja a satisfação da obrigação e de que a seu título seja dada eficácia.

Se não houve satisfação por impossibilidade material, por ausência de cooperação por parte do devedor, não há de se fazer com que o exequente arque com os ônus, eis que não deu causa ao processo.

Diante do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, para afastar a condenação em honorários sucumbenciais.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora